



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO  
XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

**ATA NÚMERO SESENTA E OITO**

Aos trinta dias do mês de março de 2021, pelas treze horas, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**Audição conjunta (skype)** a propósito da agregação dos sistemas municipais de águas e saneamento dos sete municípios na empresa Águas do Alto Minho, a requerimento do Grupo Parlamentar do BE, com as seguintes entidades:

**13H00 - Presidente da Câmara Municipal do Arcos de Valdevez;**

- **Presidente da Câmara Municipal de Caminha;**
- **Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura;**
- **Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima;**
- **Presidente da Câmara Municipal de Valença;**
- **Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo;**
- **Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira**

**15H30 - Presidente do Conselho de Administração do Grupo Águas de Portugal**

- **Presidente** não executivo do Conselho de Administração da empresa **Águas do Alto Minho** e do **Vogal** executivo do **Conselho de Administração das Águas do Alto Minho**

**2.ª Parte**

**1. Aprovação das Atas n.º 66 e 67**

**2. Iniciativas Legislativas**

**Distribuição**

**Projeto de Lei 756/XIV/2 (PCP)** - *Actualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e regime de aprovação de projectos*

**Especialidade**

**AP 36/XIV/2 (PSD)** - *Decreto-lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852*

**AP 38/XIV/2 (BE)** - *Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro - «Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852»*

**3. Projetos de Resolução**

**Baixa**

(Para efeitos do art.º 128.º/2 RAR)

**PJR 1139/XIV/2 (BE)** - Recomenda ao Governo que promova uma Lei Europeia do Clima mais ambiciosa e eficaz no combate à crise climática, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

**PJR 1143/XIV/2 (Ninsc JKM)** - Por uma Lei Europeia do Clima com metas ambiciosas

### **Discussão**

a) **PJR 939/XIV/2 (BE)** - Recomenda ao Governo medidas de conservação e recuperação ambiental e da biodiversidade de pradarias marinhas, sapais e florestas de macroalgas e a inclusão destes ecossistemas nos instrumentos de política climática

b) **PJR 909/XIV/2 (BE)** - Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão

**PJR 918/XIV/2 (PS)** - Recomenda ao Governo que assegure a despoluição do rio Nabão

**PJR 981/XIV/2 (PEV)** - Pela Defesa e Proteção do Rio Nabão

**PJR 1142/XIV/2 (PCP)** - Contra a poluição do Rio Nabão

c) **PJR 1090/XIV/2.ª (PCP)** - Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP

### **Especialidade**

**Texto final** dos **PJR 856/XIV/2.ª (PSD)** - Recomenda ao Governo a classificação da área constituída pela duna de Salir do Porto, antiga alfândega, capela de Sant'ana e Pocinha como paisagem protegida e **1009/XIV/2.ª (PS)** - Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização do conjunto natural composto pela Duna de Salir e da paisagem envolvente

### **Redação final**

**Texto** resultante dos **PJR 752/XIV/2 (PEV)** - Incentivos para erradicação de resíduos de plástico no mar, **PJR 796/XIV/2 (BE)** - Recomenda medidas para a eliminação das causas e fontes de resíduos no meio marinho e **PJR 928/XIV/2 (PSD)** - Recomenda ao Governo a implementação de ações que promovam a redução de resíduos no meio marinho

**PJR 1029/XIV/2.ª (PCP)** - Plano de Monitorização das populações de Lobo-Ibérico e das suas presas selvagens e medidas preventivas para a proteção da espécie

## **4. Outros assuntos**

### **- Presenças:**

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); André Pinotes Batista (PS); Filipe Pacheco (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Martins Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Nuno Miguel Carvalho (PSD); Nelson Peralta (BE); João Gonçalves Pereira (CDS-PP); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc);

**- Suplentes:**

Fernando Paulo Ferreira (PS); Manuel dos Santos Afonso (PS); António Lima Costa (PSD); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); José Silvano (PSD);

**- Faltas:**

Hugo Pires (PS); Rui Cristina (PSD); Alma Rivera (PCP); André Silva (PAN);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, em [http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20210330\\_1\\_VC.m\\_p3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210330_1_VC.m_p3)  
[http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11\\_CAEOT/CAEOT\\_20210330\\_2\\_VC.M\\_P3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210330_2_VC.M_P3)  
pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O **Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, abriu os trabalhos e cumprimentou os Senhores **Presidentes das Câmaras Municipais** de **Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves; Caminha, Luís Miguel da Silva Mendonça Alves; Paredes de Coura, Vítor Paulo Gomes Pereira; Ponte de Lima, Victor Mendes; Valença, Manuel Rodrigues Lopes; Viana do Castelo, José Maria Cunha Costa; Vila Nova de Cerveira, João Fernando Brito Nogueira**

A Senhora **Deputada Maria Manuel Rola** (BE) procedeu à apresentação do requerimento do GP BE sobre agregação dos sistemas municipais de águas e saneamento dos sete municípios na empresa Águas do Alto Minho.

Foi concedida a palavra, para uma [declaração inicial](#), em nome dos 7 municípios, o **Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria Cunha Costa**, que consta em anexo a esta ata.

Na ronda reservada aos membros da Comissão, colocaram questões os Senhores **Deputados José Manuel Carpinteira** (PS), **Jorge Mendes** (PSD), **Maria Manuel Rola** (BE), **Alma Rivera** (PCP) e **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP).

Em resposta, usaram da palavra, por esta ordem, os **Presidentes das Câmaras Municipais de Paredes de Coura, Vítor Paulo Gomes Pereira; Ponte de Lima, Victor Mendes; Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves; Vila Nova de Cerveira, João Fernando Brito Nogueira; Caminha, Luís Miguel da Silva Mendonça Alves; Valença, Manuel Rodrigues Lopes**; e, por último, de **Viana do Castelo, José Maria Cunha Costa**, tendo o Senhor Presidente concluído a audição agradecendo a todos a participação.

\*\*\*

Após uma breve pausa, teve lugar a audição do **Presidente** do Conselho de Administração do **Grupo Águas de Portugal, José Furtado**; do **Presidente** não executivo do Conselho de Administração da empresa **Águas do Alto Minho, Carlos**

**Martins**, e da **Vogal** executiva do **Conselho de Administração das Águas do Alto Minho, Fernanda Machado**.

O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) apresentou o requerimento para audição do Presidente do Conselho de Administração do Grupo Águas de Portugal e do Presidente não executivo do Conselho de Administração da empresa Águas do Alto Minho, propósito da agregação dos sistemas municipais de águas e saneamento dos sete municípios na empresa Águas do Alto Minho.

O Senhor **Deputado Eduardo Teixeira** (PSD) apresentou o requerimento para audição do Vogal executivo do Conselho de Administração das Águas do Alto Minho, em relação aos graves problemas de funcionamento desta entidade.

Foi concedida a palavra ao **Presidente do Grupo AdP, José Furtado**, que começou por fazer uma breve nota introdutória enquadradora da atividade da SGPS. Fez menção do modelo híbrido de governação, de elevada complexidade funcional, informando que as Assembleias Gerais do Grupo Adp foram realizadas nas últimas semanas, tendo nelas ficado patente os resultados atingidos, apesar do contexto pandémico. Continuando a abordar os trabalhos do Grupo a que preside, referiu que recentemente concluíram o processo participativo para modelo de futuro e definição do quadro estratégico de compromisso. Para a gestão do ciclo urbano de água o recurso à inserção em redes colaborativas e a dinâmica de funcionamento em grupo, são essenciais, bem como a sólida parceria com o Banco Mundial. Relativamente ao investimento recente na região do Alto Minho, no segmento da "baixa" (distribuição), este resultou da agregação de 7 Municípios através da constituição da empresa gestora Aguas do Alto Minho, 51% detida pela AdP, que iniciou atividade em 2020. Agrega práticas muito diferentes de gestão, agravada pela imprevisibilidade da pandemia numa fase de instalação. Afirmou que superadas as circunstâncias difíceis do arranque da empresa, serão alcançados os padrões de excelência do Grupo AdP.

Seguiu-se intervenção do **Presidente não executivo** do Conselho de Administração da empresa Águas do Alto Minho, **Carlos Martins**, que fez uma resenha das dificuldades que a empresa tem sentido na sua fase inicial, complementada pela intervenção da **Vogal executiva** do Conselho de Administração das Águas do Alto Minho, **Fernanda Machado**, que usou o tempo colocado à sua disposição para uma breve perspectiva da atividade desenvolvida pela ADAM.

Intervieram, colocando questões, os Senhores **Deputados José Manuel Carpinteira** (PS), **Jorge Mendes** (PSD), **Nelson Peralta** (BE), **Diana Ferreira** (PCP) e **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP).

Foi devolvida a palavra aos convidados, começando pelo **Presidente do Conselho de Administração** da empresa Águas do Alto Minho, **Carlos Martins**, seguido da **Vogal executiva** do Conselho de Administração das Águas do Alto Minho, **Fernanda Machado**. A audição encerrou-se com a intervenção **Presidente do Grupo AdP, José Furtado**, que sublinhou o carácter estruturante do projeto Águas do Alto Minho, pois o modelo de agregação permite a maximização de economia de escala, que é essencial nesta atividade. Manifestou inteiro envolvimento do Grupo AdP neste projeto, afirmando que a empresa está comprometida a prestar um serviço fiável,

promovendo a sustentabilidade ambiental e redução de perdas, apostando num plano financeiro ambicioso de investimento para a renovação de redes.

\*\*\*

O Presidente da Comissão, **Deputado José Maria Cardoso**, deu continuidade à reunião, colocando à apreciação e votação as **atas 66 e 67** que foram **aprovadas por unanimidade**.

Foi distribuído ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, para elaboração de parecer, o **[Projeto de Lei 756/XIV/2 \(PCP\)](#)** - *Atualização da caracterização e diagnóstico do estado das áreas protegidas e regime de aprovação de projectos*.

Passados à especialidade dos **[AP 36/XIV/2 \(PSD\)](#)** - *Decreto-lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852* e **[AP 38/XIV/2 \(BE\)](#)** - *Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro - «Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852»*, interveio o Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD), que propôs a criação de um grupo de trabalho para este efeito. O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) sublinhou a urgência deste processo, que deverá antecipar a entrada em vigor do decreto-lei em apreciação. O Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) referiu que acompanham a proposta do PSD, insistindo na necessidade de agilidade do processo. As Senhoras **Deputada Mariana Silva** (PEV) e **Deputada Joacine Katar Moreira** (NInsc) manifestaram nada ter contra a constituição de um GT, mas expressaram a dificuldades em conseguir acompanhar os trabalhos do mesmo. Tendo sido consensual a constituição do GT, foi estabelecido coordenação do GP PS, mais 2 membros para PS e PSD e 1 membro para os restantes GPs, que deverão ser indicados até dia 1 de abril.

Para efeitos do art.º 128.º, n.º 2 RAR, os proponentes informaram que pretendem a discussão **[em Comissão PJR 1139/XIV/2 \(BE\)](#)** - *Recomenda ao Governo que promova uma Lei Europeia do Clima mais ambiciosa e eficaz no combate à crise climática, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia* e **[PJR 1143/XIV/2 \(Ninsc JKM\)](#)** - *Por uma Lei Europeia do Clima com metas ambiciosas*. O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) solicitou urgência na apreciação. Intervieram os Senhores **Deputados Bruno Coimbra** (PSD) e **Nuno Fazenda** (PS). Atendendo a que o Ministro do Ambiente anunciou o objetivo de chegar a acordo dia 22 de abril, foi colocado à consideração a possibilidade de agendar para discussão esta semana. O GP do PS opôs-se a que a regra estabelecida fosse alterada, sendo estabelecido agendar as duas iniciativas para 15 dias após esta baixa

Foi pedido o adiamento da discussão do **[PJR 939/XIV/2.a \(BE\)](#)** - *Recomenda ao Governo medidas de conservação e recuperação ambiental e da biodiversidade de pradarias marinhas, sapais e florestas de macroalgas e a inclusão destes ecossistemas*

nos instrumentos de política climática foi adiada a pedido da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (NInsc) (**3.º adiamento**).

Atendendo a que foram apresentados pedidos de audição sobre este tema, o GP PS propôs o adiamento do [PJR 909/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas para a despoluição e recuperação ambiental da bacia hidrográfica do rio Nabão*; [PJR 918/XIV/2 \(PS\)](#) - *Recomenda ao Governo que assegure a despoluição do rio Nabão*; [PJR 981/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Pela Defesa e Proteção do Rio Nabão*; [PJR 1142/XIV/2 \(PCP\)](#) - *Contra a poluição do Rio Nabão*. Foi determinado efetuar novo agendamento após realização das audições aprovadas.

O Senhor **Deputado Duarte Alves** (PCP) colocou à consideração a antecipação da discussão do [PJR 1090/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - *Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP*. O Senhor **Deputado Nelson Peralta** (BE) transmitiu o aval do seu GP ao pedido. Interveio o Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS), argumentando que, em coerência com a decisão tomada pelo GP PS para o pedido do BE atrás referido (PJR 1139/XIV/BE), discorda da antecipação em causa, pelo facto de, também neste caso, constituir um alteração às regras estabelecidas pela Comissão, o Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD), dizendo que nada tendo a obstar, considerando, no entanto, que, havendo discordância, não poderia realizar-se a discussão. O Senhor **Deputado Duarte Alves** (PCP) apelou a que fosse o mais urgente possível, sob pena do seu efeito útil ser inviabilizado. Dado o sentido de voto do GP PS, não foi admitida a antecipação da discussão do [PJR 1090/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - *Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP*, ficando estabelecido que esta discussão seria agendada para a próxima reunião.

O GP PS solicitou o adiamento da proposta de texto final conjunto dos [PJR 856/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo a classificação da área constituída pela duna de Salir do Porto, antiga alfândega, capela de Sant'ana e Pocinha como paisagem protegida* e n.º [1009/XIV/2.ª \(PS\)](#) - *Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização do conjunto natural composto pela Duna de Salir e da paisagem envolvente*.

A **redação final** do texto resultante dos [PJR 752/XIV/2 \(PEV\)](#) - *Incentivos para erradicação de resíduos de plástico no mar*, [PJR 796/XIV/2 \(BE\)](#) - *Recomenda medidas para a eliminação das causas e fontes de resíduos no meio marinho* e [PJR 928/XIV/2 \(PSD\)](#) - *Recomenda ao Governo a implementação de ações que promovam a redução de resíduos no meio marinho* foi **aprovada por unanimidade**.

A propósito da **redação final** do [PJR 1029/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - *Plano de Monitorização das populações de Lobo-Ibérico e das suas presas selvagens e medidas preventivas para a proteção da espécie*, interveio o Senhor **Deputado António Lima Costa** (PSD). A redação final, com a alteração proposta pelo Senhor **Deputado António Lima Costa** (PSD), foi **aprovada por unanimidade**.



Na rubrica "Outros Assuntos" o Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) propôs a prorrogação do prazo de nova apreciação das iniciativas sobre Lei de Bases do Clima, tendo sido deliberado, por unanimidade, solicitar esta prorrogação a S. Exa., o PAR.

O Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) solicitou a inclusão de um ponto adicional na ordem do dia. Havendo a anuência de todos os presentes, foi apresentado pelo Senhor **Deputado Bruno Coimbra** (PSD) um requerimento para audição sobre Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) e incumprimento de metas, a realizar na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados pelas 18H20.

Palácio de São Bento, 30 de março de 2021

IG/

**O Presidente da Comissão,**

(José Maria Cardoso)